MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

PATRICIA MARA CABRAL VASCONCELLOS
Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Rondônia (UNIR). Doutora em Relações Internacionais pela UNB.

RESUMO: O objetivo do artigo é discutir as iniciativas de integração e desenvolvimento dos atores subnacionais, na fronteira Brasil-Bolívia, na região do estado de Rondônia, no Brasil e dos Departamentos de Beni e Pando, na Bolívia. Em especial, na última década, os atores subnacionais da região têm intensificado o diálogo, motivados por questões econômicas, sociais e projetos de infraestrutura, além de uma agenda política internacional do governo do estado de Rondônia. Para compreender o fenômeno, a análise pauta-se em pesquisa bibliográfica e documental. De imediato, notam-se as peculiaridades da região na dinâmica da paradiplomacia. Trata-se, tanto do lado brasileiro como boliviano, de regiões amazônicas, com suas fronteiras não priorizadas pelo governo central e que buscam alavancar o processo de desenvolvimento. Neste caso, a atividade política internacional subnacional coloca-se como um reflexo das demandas comunidade fronteiriça. Com isso, conclui-se que a ação desses atores subnacionais, no contexto apresentado, desperta para um repensar sobre a reconfiguração política da região norte e amazônica da América do Sul e suas iniciativas e parcerias com os países vizinhos.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Bolívia, Integração Fronteiriça.

INTEGRATION AND DEVELOPMENT IN THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER

ABSTRACT: The aim of this is to discuss the integration and development initiatives of the subnational actors, in the Brazil-Bolivia border, in the region of the state of Rondônia, in Brazil, and in the Departments of Beni and Pando, Bolivia. In particular, in the last decade, the subnational actors intensified the dialogue, motivated by economic, social and infrastructure projects, in addition to an international political agenda of the state government of Rondônia. To understand the phenomenon, the analysis is based on bibliographical and documentary research. Immediately, the peculiarities of the region are noted in the dynamics of paradiplomacy. Brazil and Bolivia have Amazon borders, borders that are not prioritized by the central government and that seek to leverage the development process. In this case, subnational international political activity stands as a reflection of the demands of the border community. It concludes that the action of these subnational actors, in the presented context, rethinks the political reconfiguration of the North and Amazon region of South America and its initiatives and partnerships with neighboring countries.

KEYWORDS: Brazil, Bolivia, border Integration.

INTRODUÇÃO

No estado de Rondônia, no Brasil e nos Departamentos de Beni e Pando, na Bolívia ouviam-se vozes distantes de vizinhos que não se conheciam. As regiões fronteiriças não dialogavam entre si. O cenário têm se alterado, em especial, na última década. Os atores subnacionais, motivados por questões econômicas, sociais e projetos de infraestrutura, além de uma agenda política internacional do governo do estado de Rondônia, aproximam-se com o objetivo de integrar-se e promover o desenvolvimento da região.

Em termos de diplomacia tradicional, a aproximação política e econômica entre o Brasil e a Bolívia remete ao início do século XX, com a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903) e a inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré (1912). Posteriormente, intensifica-se com o início do funcionamento do gasoduto GASBOL (1999), sendo seguida pela diplomacia bilateral de fortalecimento do entorno regional promovida pelo governo Lula.

Quanto aos esforços da atividade paradiplomática Brasil-Bolívia é difícil precisar os fatos históricos. São poucos os estudos que abordam a temática na região norte e amazônica. No caso dos dois países, as pesquisas concentram-se na fronteira do estado de Mato Grosso com a Bolívia (Ferreira, 2017; Fernandes, 2015; Oliveira, Silva, 2014) ou nos estudos sobre as cidades-gêmeas Guajará-Mirim e Guayaramerín (Assis, Costa, 2015). Verificando-se esta lacuna, a proposta do artigo é analisar a atuação e as iniciativas de política internacional, dos atores subnacionais, com foco nas regiões do estado de Rondônia (Brasil) dos departamentos de Pando e Beni (Bolívia).

Assim, primeiramente, busca-se compreender o embate teórico em torno do conceito de paradiplomacia, sua formulação e divergências. O intuito é examinar seu significado, abrangência e atores envolvidos de modo a argumentar sobre a importância da atuação subnacional. Vincula-se, desse modo, a paradiplomacia ao desenvolvimento e a participação dos sujeitos políticos na fronteira.

No segundo ponto, destacam-se as peculiaridades da diplomacia na região norte e amazônica do Brasil. Trata-se, tanto do lado brasileiro como boliviano, de regiões ditas isoladas, com suas fronteiras não priorizadas pelo

governo central e que buscam alavancar o processo de desenvolvimento. No caso da fronteira Brasil-Bolívia elencam-se os fatos sociais geradores de debates e de cooperação internacional.

No terceiro ponto, apresentam-se as iniciativas conduzidas pelos atores subnacionais para a integração e desenvolvimento entre os dois países. Estão na pauta da discussão subnacional alternativas para a logística de transporte e rota para as exportações, como a Rodovia do Pacífico e o porto público de Porto Velho. Além de projetos de integração de infraestrutura, medidas na área da educação e da saúde. Assim, nota-se que a política internacional passa compor a agenda dos governos subnacionais da região. A motivação é econômica, mas também, é resultado de uma provocação das demandas sociais que despertam as potencialidades e os desafios da fronteira.

Com isso, conclui-se que a atuação dos atores subnacionais, nesse contexto, desperta para um repensar sobre a reconfiguração política da região norte e amazônica da América do Sul e suas iniciativas e parcerias com os países vizinhos.

ENTRE DIPLOMACIA E PARADIPLOMACIA: QUAL O CONCEITO PARA UNIR AS FRONTEIRAS?

As primeiras proposições para conceituar a atuação dos agentes subnacionais na política internacional foram redigidas por Duchacek (1984, 1990) e Soldatos (1990, 1993). Assim, as abordagens apresentadas pelos dos dois autores são o ponto inicial das discussões sobre o significado e as implicações do envolvimento, em especial, dos governos subnacionais, na política internacional. Soldados, por exemplo, define a paradiplomacia como atividades realizadas pelos atores subnacionais que apoiam, complementam ou mesmo desafiam a diplomacia do Estado-Nação (Soldados; 1990,1993). A partir desta concepção decorrem os dilemas de interpretação quanto aos tipos de ações que podem ser assim compreendidas, bem quanto aos atores passíveis de exercê-las. Neste sentido, um dos pontos de debate versa sobre a

incorporação ou não de atores não governamentais, como as instituições privadas, nessa formulação (Aguirre, 1990).

No Brasil, os conceitos utilizados para melhor caracterizar a atuação internacional subnacional são: diplomacia federativa (Bogéa, 2002) e cooperação internacional federativa (Rodrigues, 2008; Miklos, 2010). Meireles (2016) inclusive indica uma mudança de postura do governo federal com relação à atuação internacional dos governos subnacionais, com base nos dois conceitos. A distinção, segundo o autor, faz-se na esfera do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em que a definição de diplomacia federativa indicava uma coordenação e controle sobre as ações subnacionais, enquanto que, o termo cooperação internacional, adotado pelo governo do presidente Lula, preconizava um incentivo a este tipo de atuação.

Recorda-se que no Brasil a prerrogativa da diplomacia é da União, conforme afirma o artigo 21 da Constituição Federal "Compete à União: I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais...". Houve uma proposta de reforma na lei para formalizar a atuação dos atores subnacionais - a Proposta de Emenda Constitucional n. 475 de 2005, todavia, não foi aprovada. Se por um lado, limita possibilidades formais de atuação internacional, por outro, não impede que acordos não formais expressem verdadeiras intenções e apontem os caminhos que devem ser seguidos.

Independente da divergência sobre o significado conceitual de paradiplomacia ou mesmo sobre o melhor conceito a ser designado, um ponto deve servir de elo para a atuação dos atores nacionais e subnacionais, da diplomacia e da paradiplomacia, qual seja, ser uma proposta de unir as fronteiras e promover o desenvolvimento.

Destarte, de forma geral, compartilha-se do entendimento que a paradiplomacia é uma ação política internacional promovida pelos atores subnacionais, caracterizada por contatos formais e informais, permanente ou provisório, seja no âmbito público ou privado (Prieto, 2004). Assim, a atuação subnacional ganha espaço, importa e dever ser considerada por pelo menos três razões.

Primeiro, a paradiplomacia pode desvencilhar-se de dilemas enfrentados pela política externa e seus agentes tradicionais. De forma complementar, outro modo de ponderar sobre a questão é alegar que a diplomacia e a paradiplomacia possuem, embora não necessariamente, esferas de atuação distintas, sem que isto venha a inferir um aspecto negativo. Devido a este motivo, a ações de política internacional subnacional não seriam, obrigatoriamente, prejudicadas diante de um impasse, momentâneo, na política externa do Estado-nação. Há uma interpretação recorrente que aponta para a distinção nas esferas de atuação diferenciando-as entre high politics[1] (diplomacia) e low politics[2] (paradiplomacia). Kincaid (1990) discute a percepção negativa presente nesta distinção. Segundo o autor, os termos tendem a um sentido comparativo e oposicionista que implica em superioridade ou inferioridade sobre a condução das políticas. A visão assim postulada não colabora para o entendimento do que ocorre na prática e com a agenda internacional pós Guerra Fria.

Cornetet (2014) ao analisar as hipóteses pelas quais teria ocorrido a diminuição das viagens presidenciais no governo Dilma para a América do Sul, cita o caso das relações Brasil-Bolívia e afirma:

> O impasse do asilo do senador boliviano Pinto Molina na embaixada brasileira e a prisão de torcedores brasileiros na Bolívia podem ser responsáveis pela inocorrência de visitas da presidente a esse vizinho até a atualidade, colaborando para a redução do total de viagens à América do Sul (Cornetet, 2014 p. 16).

Impasses como o relatado pelo autor, dificilmente freariam ou impediriam as tratativas no âmbito da integração fronteiriça dialogada pelos atores subnacionais. A preocupação e o enfoque das relações politicas, na região Rondônia, Beni e Pando, por exemplo, é outro. A atividade paradiplomática é direcionada para questões que afetam mais diretamente a realidade da população local. Por este prisma, desdobra-se o segundo motivo pelo qual se reconhece o mérito das relações subnacionais. Estas contemplam iniciativas pensadas localmente, descentralizando a ação do Estado-nação. Para

[1] Referem-se principalmente a questões de segurança e defesa.
[2] Relativo a políticas econômicas, culturais e sociais. Eram entendidas como politicas de segundo plano na temática internacional.

além, abre-se um espaço para revisar outra prerrogativa importante que é o discurso do desenvolvimento.

Autores como Amaro (2003) e Ribeiro (2008) destacam como o desenvolvimento é um conceito em constante transformação por conter em si visões de mundo que comportam elementos de poder e desejos de transformação da sociedade. Trata-se, também, de uma disputa política entre formulações debatidas de baixo para cima ou criadas de cima para baixo. Ao descentralizar as ações do Estado, a paradiplomacia insere uma nova esfera política de participação.

Por fim, a terceira razão refere-se à incorporação de uma diversidade de atores nas proposições da política externa. Fato que intensifica a relação das pessoas em rede e amplifica a percepção sobre o espaço temporal. Também se visualiza uma dinâmica de funcionamento em rede das instituições. Tal fato alia-se a visão anteriormente apresentada. O consenso sobre o desenvolvimento só se concretiza quando o maior número possível de atores é envolvido no debate. Em outras palavras, só é possível com uma multiplicidade de protagonistas (governos subnacionais, cidades, empresas, sindicatos, universidades, movimentos sociais).

Com isso, qual a relação entre paradiplomacia e os sujeitos políticos na fronteira? Em especial, nas fronteiras a paradiplomacia encontra espaço para ser vivida como que naturalmente, com uma mescla de identidades e de desejos nacionais que se tornam objetivos comuns. Na fronteira norte do Brasil, em Rondônia, a percepção de um lugar vazio ou de distanciamento do outro pela linha divisória parece ser superada a cada dia para que os sujeitos participem da política, nacional e internacional, repensando suas potencialidades regionais.

NAS FRONTEIRAS DO NORTE, NAS FRONTEIRAS BRASIL-BOLIVIA.

No Brasil, o envolvimento dos atores subnacionais na política internacional ocorre, em especial, na década de 80, com o período de redemocratização do país. Segundo Nunes (2005), os primeiros estados

brasileiros a criar organismos de relações internacionais foram o Rio de Janeiro (1983) e o Rio Grande do Sul (1987).

De certa forma, a realidade sócio-política da região norte e amazônica do Brasil comporta uma realidade diferenciada que tornou a política subnacional de cooperação internacional mais tardia. Primeiro, pelo distanciamento da região com o centro político e com o sul do país (região de maior desenvolvimento se considerado o Produto Interno Bruto do estado[3]). Assim, a proposta era, na década de 70 e 80, de primeiro integrar a região norte ao restante do país. Fator adicional é que a formação dos estados também ocorre mais tardiamente. O estado de Rondônia, por exemplo, somente foi instituído como estado em 4 de janeiro de 1982[4], enquanto o Acre foi elevado a categoria de estado em 1962 e Roraima, em 1988. Por último, havia a visão de que as fronteiras eram espaços vazios (Coelho, 1992), o que contribuiu para que a política internacional fosse percebida no âmbito dos governos subnacionais somente no inicio desse século.

Por outro lado, o processo de globalização e integração regional, conduzido a partir dos anos 90, cria uma conjuntura motivadora para a cooperação internacional, em especial, entre as regiões fronteiriças. Dessa forma, Gomes Filho e Vaz (2008) ao analisarem a paradiplomacia na Amazônia brasileira afirmam que:

> Assim, o processo de atuação internacional dos Estados federados brasileiros, incipiente até um passado recente, evoluiu em ritmo bastante acelerado ao longo da última década do século XX, transformando-se de tal forma que, atualmente, não há sequer uma unidade da federação brasileira alheia à dinâmica das relações com o meio internacional (Gomes Filho e Vaz, 2008, p. 159)

Quando se trata das fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, o fato marcante é o Tratado de Petrópolis (1903). O acordo é resultado de um conflito territorial ocorrido durante o ciclo da borracha (1887-1890), no qual os seringueiros

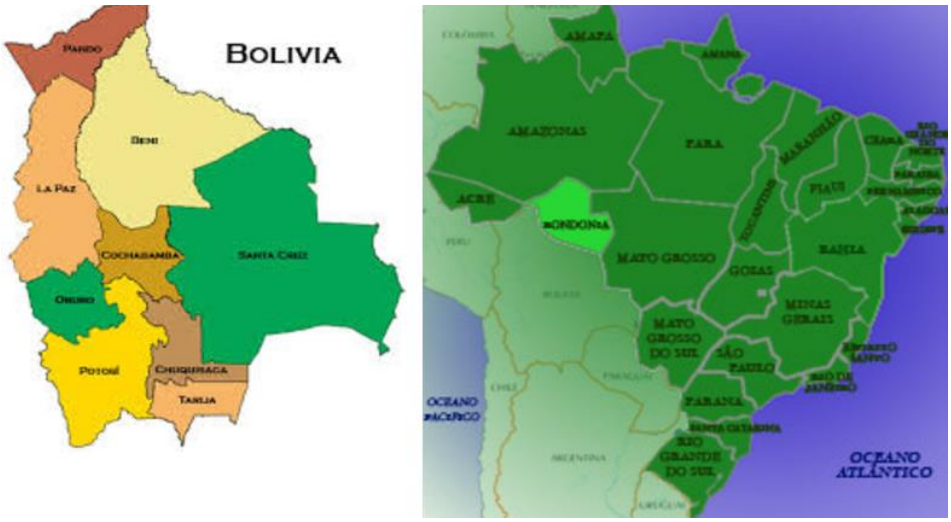
[3] Os estados mais ricos do Brasil, conforme dados do IBGE de 2014, são: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná,

[4] Anteriormente denomina-se Território Federal do Guaporé, criado em 1943, passando a Território Federal de Rondônia, em 1956. Ver:

brasileiros invadiram o território boliviano. A solução foi uma permuta. A Bolívia cedeu o território do Acre e o Brasil comprometeu-se a pagar uma indenização no valor de 2 milhões de libras esterlinas e construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, para escoar a produção boliviana (Brasil, 1903). Segundo Fifer (1996), o ciclo de exploração da borracha pode ser entendido como um momento de exceção na visão de isolamento e distanciamento dessas fronteiras. Como dito, a intensificação das relações fronteiriças ocorre a partir dos anos 90.

O Brasil tem uma fronteira de 3.126 km com a Bolívia, sendo que a maior parte dela, 1.342km, faz divisa com o Rondônia[5]. Rondônia, por sua vez, faz divisa com três departamentos bolivianos, Pando, Beni e Santa Cruz (figura 1).

Figura 1: Departamentos da Bolívia e Fronteira Brasil-Bolívia.



Fonte: Feelgrafix (online); Historicizando o Espaço (online)[6]

A Bolívia é um país de gestão econômica considerada boa ao apresentar uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto de 5,1%, no período de 2006 a 2014 (Cunha Filho, 2016). O crescimento do país, no entanto, ainda é marcado pela desigualdade econômica entre os Departamentos. De acordo com Luigi (2009), uma realidade histórica e socialmente construída.

[5] A Bolívia possui 618km de fronteira com o Acre, 780 Km com o Mato Grosso e 386km com Mato Grosso do Sul.
[6] Imagens retiradas da página da internet. Não há menção de autoria nas imagens.

Os departamentos de Beni, Pando e Santa Cruz localizam-se na região de planície, denominada medialuna. Como um parâmetro para verificar o desenvolvimento social desigual, aponta-se a pesquisa relatada por Wanderley (2017). Nela, os índices mais altos de necessidades básicas insatisfeitas (NBI) são apresentadas pelos departamentos de Potosí (59,7%), Pando (58,8%) e Beni (56,4%).

Em reunião com o governador de Rondônia, Confúcio Moura, em dezembro de 2016, senadores do departamento de Pando reafirmaram a persistência do distanciamento com o governo central de seu país. Segundo relato do setor de comunicação do governo de Rondônia, "os senadores Fernando Ferreira Becerra e Eliana Mercier disseram a Confúcio Moura que interessa estabelecer trabalho conjunto para fortalecer a fronteira boliviana, que, admitiram, é carente e está praticamente isolada do restante do país" (SECOM, 2016).

Qual a dependência da conjuntura e da vontade política para que ocorra a integração? A intenção de aproximar Brasil e Bolívia remete às declarações assinadas na década de 90 que, na conjuntura atual, foram reforçadas pelo instrumento denominado de Declaração de Irmandade ou Mesa Permanente de Integração Regional, no exemplo, pactuado entre Rondônia e Beni[7]. O trecho a seguir é de mensagem encaminhada pelo governador Confúcio Moura, em dezembro de 2015, à Assembleia Legislativa do estado explicitando os objetivos da Mesa de Irmandade.

> [...] com a finalidade de dar prosseguimento às declarações realizadas em conjunto pelos ex-Presidentes Senhor José Sarney e Senhor Victor Paz Estenssoro, assinadas em 2 de agosto de 1988, nas quais os mandatários reiteraram propósitos e princípios consagrados nas Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, bem como pôr em prática o estabelecido na Ata do Encontro de San Joaquim, em 31 de maio de 1989 e dar efetividade as tratativas bilaterais do Comitê de Fronteira – Guajará-Mirim/Guayaramerin, tendo ainda como proposito consolidar as relações mais fluidas e efetivas, através de uma visão compartilhada, orientada a consolidar as políticas públicas de estratégias nacionais de interesses regionais por meio de uma forma de relação horizontal e transversal, em que os mandatários do Estados de Rondônia e do Departamento Autônomo do Beni, por

[7] Instrumento similar é acordado, também, com o Departamento de Pando e será apresentado adiante.

> meio da Mesa Permanente de Integração Regional Rondônia/Beni, auxiliados pelas MESAS TÉCNICAS TEMÁTICAS, implementarão as agendas estabelecidas em reuniões do Comitê de Fronteira Guajará-Mirim/Guayaramerin e tendo como prioridade a agenda estabelecida no II Encontro entre os Governos de Rondônia e do Beni [...] (Rondônia, 2015)

Isto demonstra que a diplomacia realizada pelos agentes subnacionais não é descolada ou paralela à realizada pelos agentes tradicionais. Trata-se de uma política concomitante, conjunta, ainda que os agentes diplomáticos tradicionais não estejam a todo o momento, participando das esferas de negociação.

Gomes Filho (2011) relata que durante os mandatos dos governadores Valdir Raupp (1995-1998) e José Bianco (1999-2002) não houve nenhum fomento a atividade internacional do estado. Somente os problemas fronteiriços pontuais foram objeto de tratativa. Para o autor, foi no governo de Ivo Cassol (2003-2010) que o estado de Rondônia incorpora a dimensão internacional na agenda política (Gomes Filho, 2011, p. 211). As ações promovidas pelo estado vinculavam-se a uma agenda de exportação de produtos do estado, em especial, a carne bovina. Assim, foram promovidos encontros internacionais, como uma missão ao Peru, em 2007, para viabilizar a exportação através da Rodovia do Pacífico, bem como acordos para promover a sanidade animal nas fronteiras com a Bolívia em 2003[8]. Nota-se através da pesquisa realizada por Gomes Filho (2011) que as iniciativas subnacionais tinham como foco atividades para a exportação de um produto específico (carne) por meio do qual se intentava promover o desenvolvimento produtivo da região.

No governo de Confúcio Moura (2010-2014 e 2014-atual), em especial, na atual gestão com o vice-governador Daniel Pereira (2014-atual), a dimensão da integração regional com interlocução de atores subnacionais as relações internacionais não é motivada somente por aspectos econômicos, mas também sociais e culturais. Assim, no intuito de fomentar a aproximação o governo de Rondônia celebrou juntamente com os Departamentos do Beni (Rondônia, 2015)

[8] Memorando de Entendimento com as autoridades sanitárias da fronteira boliviana, em 27 de março de 2003. (Gomes Filho, 2011, p. 211).

e Pando (Rondônia, 2017) a Declaração de Irmandade, citada anteriormente. O objetivo é estabelecer metas e prioridades para conduzir o processo de integração e desenvolvimento entre as regiões. Entre os membros que compõem o acordo - responsáveis pelos debates e propostas - estão os governos do respectivo estado ou departamento, secretários estaduais ou departamentais das áreas de planejamento, agricultura, meio ambiente, saúde e educação, bem como representantes das universidades (Universidade Federal de Rondônia, Universidade Autônoma do Beni e Universidade Amazônica de Pando).

As discussões realizadas pelas Mesa, segundo o secretário da Mesa de Irmandade Rondônia-Beni, Helder Risler, foram levadas ao Itamaraty que teria incorporado à agenda regional na representação da diplomacia clássica (Folha Rondoniense, 2016).

Reunir todos os atores mencionados para encaminhamento da pauta da integração e do desenvolvimento é de caráter essencialmente positivo. Contudo, a agenda é ampla. Da análise das atas das reuniões do Comitê de Integração Fronteiriça Guajará-Mirim/Guayaramerín, de 2013 e 2016, pode-se citar os seguintes pontos: cooperação internacional para o combate ao tráfico de drogas, armas, lavagem de dinheiro e crime organizado, bem como furtos e roubos de veículos. Complementarmente, há a necessidade de pensar uma maior integração entre a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas com aprimoramento da inteligência policial. Outro órgão que precisa estar interligado para o controle fronteiriço é a receita federal. Como demanda da área do comércio e empresarial, tem-se a proposta de viabilizar a navegação no rio Madeira, ou seja, preparar tecnicamente o rio para a navegação e a possibilidade de internacionalização do aeroporto governador Jorge Teixeira, em Porto Velho. No campo social e educacional, frisam-se as demandas para o ensino bilíngue (português e espanhol), o estudo sobre a viabilidade de acordos para o cidadão de fronteira (trabalho e residência) e a possibilidade de tratamento médico em Rondônia, por exemplo, para os moradores das áreas fronteiriças. Além de temáticas relacionadas à migração.

Há, certamente, um longo caminho para que a experiência paradiplomática entre Rondônia, Beni e Pando consiga cumprir com seus

propósitos. Todavia, já é possível perceber o empoderamento dos atores subnacionais, o que fortalece a busca pela integração e pelo desenvolvimento.

RONDÔNIA, BENI E PANDO NA BUSCA POR INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

Nos entendimentos paradiplomáticos e na busca por integração e desenvolvimento de Rondônia, Beni e Pando, quatro temáticas destacam-se. Primeiro, comércio e logística de exportação. Segundo, projetos de infraestrutura e integração energética. Terceiro, questões sociais e, por fim, a área da educação. Cada um dos pontos revela quais são as problemáticas e como conjugam-se os interesses dos atores envolvidos. A seguir, a proposta é pormenorizar as iniciativas, elencando elos de resistência, acertos e erros das propostas.

Na temática de comércio e logística de transporte, destacam-se os esforços de gestão política e diplomática para a construção da Rodovia do Pacífico. A estrada, na atualidade, já construída, liga a região norte do Brasil aos portos de Matarani e Ilo, no Peru, apresentando-se como uma saída para o Pacífico e como uma rota para a exportação dos produtos brasileiros e bolivianos. Considerada um dos projetos-chave da integração Brasil-Peru, inserida no conjunto de obras da Iniciativa de Integração de Infraestrutura Sul-Americana (Iirsa), foi construída no período entre 2003 a 2010. Contudo, após a conclusão da obra, verifica-se que a burocracia e as dificuldades inerentes ao trecho dos Andes para cargas de grande porte não viabilizaram a exportação por este trajeto. Assim, o intercâmbio comercial não ocorre e um dos elos da integração fronteiriça fica comprometido, permanecendo o isolamento.

Zanini (2017) descreve essa realidade em sua pesquisa e visita ao Peru. Em Puerto Maldonado entrevista José Valdir, acreano que importa comida do Brasil para vender naquela cidade. No relato da fala do entrevistado tem-se que: “Apesar de a logística de transporte ter melhorado muito, ele diz que ainda sofre com a burocracia na alfandega. Nem todas as carretas têm a documentação

exigida para atravessar a fronteira, e obtê-la é um processo demorado e custoso" (Zanini, 2017, p.1747)

Além da burocracia Zanini (2017) questiona-se por que o novo caminho da soja tornou-se um fracasso. A resposta do autor revela-se na explicação dada por Marc Dourojeanni, criador da ONG ProNaturaleza:

> Caminhões de soja pesam de 60 a 70 toneladas, e para eles subir a cordilheira é um suplício, quando não uma impossibilidade. Gasta-se combustível, freio e exige-se perícia incomum dos caminhoneiros. O risco de acidentes é enorme, e o esforço simplesmente não vale a pena. Tive dó de motoristas de caminhões de médio porte com os quais cruzei em diversos pontos da estrada, trafegando a não mais de 20km/h por longos trechos (Zanini, 2017, p. 1575)

Ainda de acordo com o relatado por Zanini (2017), em um trecho entre o Centro-Oeste brasileiro e o porto de Xangai, na China o tempo economizado na rota peruana seria somente de quatro dias se comparada ao caminho tradicional[9]. Diante das dificuldades da estrada, conforme descrito acima e demais riscos associados, a economia em tempo e frete não seriam atrativos.

O desejo e a expectativa de que a Rodovia do Pacífico fosse um elo de integração e fomentasse a economia da região estava presente na sociedade rondoniense desde a década de 90. A obra de Miguel de Souza, "A saída para o Pacífico" de 1993, descreve a mobilização de empresários e políticos para demonstrar a viabilidade e a importância da rota. Souza (1993) narra a organização e a viagem realizada pela Caravana de Integração Brasil-Peru-Bolívia que partindo de Porto velho vai até os portos de Illo e Matari no Peru, retornando pela Bolívia. A Caravana foi organizada pela Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero) e era composta por empresários, políticos e jornalistas. O intuito era conhecer e comprovar a viabilidade do trajeto.

No sentido da integração fronteiriça, a Carta de Rondônia, de 20 de setembro de 1990, pode ser interpretada como uma ação no sentido da paradiplomacia conduzida pelos empresários do estado de Rondônia. A Carta

[9] Trajeto de exportação através do Porto de Santos, Brasil.

afirma como um de seus objetivos “convocar a comunidade latino-americana e seus governos para um trabalho conjunto, visando a integração de suas comunidades. (Carta de Rondônia apud Souza, 1993, p.199-200). A proposta de trabalho conjunto insere a visão de uma coordenação para as relações internacionais.

O subaproveitamento da Rodovia do Pacífico para a exportação de carga pesada, no entanto, não deve ser vista como uma novidade. Amayo (2005) lamenta que a rota para unir o Brasil ao Pacífico tenha sido uma estrada, pois visualizava tal qual Euclides da Cunha que a união através de uma ferrovia era a melhor opção.

Como alternativa a “Saída do Pacífico”, na lógica de ação dos agentes subnacionais, empresários brasileiros e bolivianos, bem como representantes políticos de Rondônia e Beni, perceberam que revitalizar o escoamento da produção pelo porto de Porto Velho poderia atender aos anseios de comércio e exportação da de produtos da região de Rondônia, Bolívia (especialmente, Pando e Beni), Acre e Peru. As exportações realizar-se-iam via porto público de Porto Velho, o único alfandegado[10] da região Norte. A rota segue a lógica da exportação prevista durante o ciclo da borracha, todavia, via rodovia (não ferrovia) e, posteriormente, escoamento pelo rio Madeira (hidrovia Madeira-Amazonas). A experiência da empresa Rio Yata atesta a redução de tempo e custo.

> La diferencia en tiempo y costo obtenida por compañía Río Yata es alentadora. El despacho desde Guayaramerín vía Arica (Chile) hasta Francia le tomó de 70 a 75 días y pagó $us 246 por metro cúbico transportado. Por Porto Velho, desde el mismo punto de partida y al mismo destino, demoró entre 33 y 35 días e invirtió $us 196 por metro cúbico transportado. (El Deber, 2017).

Os diálogos para a viabilidade da exportação por Porto Velho reuniu esforços do governo de Rondônia, da Sociedade de Portos e Hidrovias do

[10] Significa que atende aos requisitos da Receita Federal do Brasil (RFB), apto para promover os despachos aduaneiros e armazenar receber mercadorias de importação e para exportação.

Estado de Rondônia (Soph) e de setores empresariais capitaneados pela BDX Florestas[11].

A possibilidade de redução de custos e tempo pela utilização do porto de Porto Velho também atende as expectativas bolivianas, conforme descreve a declaração do deputado de GUayaramerín, departamento de Beni, Fruto Ruiz Mama transcrito a seguir.

> o deputado informou que a Câmara de Comércio Boliviano leva até 40 dias para disponibilizar o documento para o exportador. "Quem atua com exportação, um dia é muita coisa, imagina reduzir esse prazo para apenas 10 dias que é tempo determinado para liberação do documento ao transportar a mercadoria por Rondônia. Temos uma dificuldade logística de escoamento da produção, em que pese os portos do Chile, Argentina e Peru além de distantes, risco de acidentes nas estradas que são de difícil acesso, acarretam na elevação do custo dos nossos produtos e perdemos espaço para concorrentes internacionais", afirmou Fruto Ruiz. (Folha Rondoniense, 2016)

A primeira carga de madeira da Bolívia exportada pelo porto público de Porto Velho foi destinada a Antuérpia, na Bélgica, em março de 2017. (SECOM, 2017).

Entre acertos e erros é interessante notar a mobilização dos agentes subnacionais em termos de política internacional e comércio exterior. A perspectiva econômica demonstra ser o polo propulsor da integração regional. Contudo, não deve ser o único. Na logística do comércio internacional, dos grandes carregamentos, deve haver um espaço que contemple a lógica de preservação da Amazônia e do pequeno produtor.

Com relação aos projetos de infraestrutura, dois estão em pauta para execução e em discussão com a comunidade fronteiriça. Primeiro, a ponte sobre o Rio Mamoré, ou seja, a ponte que une as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín. O acordo para construção da ponte foi firmado em fevereiro de 2007. O projeto executivo está aprovado, mas ainda não há liberação dos

[11] A BDX Florestas é uma empresa de serviços de logísticas e transporte com escritório sede em Porto Velho – RO.

recursos para realização da obra. (Guajará-Mirim, 2016). Nota-se que o trâmite do processo é longo. Desde o momento da assinatura do acordo já se passaram dez anos. Mesmo com a organização dos atores subnacionais, com pressão local e regional, há a dependência de pareceres técnicos e recursos.

Segundo, a hidrelétrica binacional de Guajará-Mirim, entre Brasil e Bolívia, com capacidade instalada de 3 mil MW e investimento estimado em R$ 15 bi. O acordo para os estudos de viabilidade foi firmado em 7 de novembro de 2016 (Portal Brasil, 2016).

Nesse caso, se por um lado, os entendimentos avançam, por outro os questionamentos também. A preocupação é com os impactos sociais e ambientais do empreendimento. A título de comparação, na esteira do desenvolvimento e da integração energética, há de se recordar a enchente histórica do rio Madeira, em 2014, originada, segundo especialistas, pelo reservatório e pelas modificações do leito do rio produzidas pela construção das usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia (Milanez, 2014). A enchente provocou danos na Bolívia - 60 pessoas morreram devido a alagamentos e deslizamentos de terra e 130 mil cabeças de gado morreram no departamento de Cochabamba, Beni e Santa Cruz (NewsRondônia, 2014). A região mais atingida foi próximo ao local em que está previsto a construção da UHE de Cachuela Esperança.

Os impactos da construção da usina do Madeira são vivenciados e de conhecimento da população ribeirinha. Neste sentido, soam como um alerta e um ponto de tensão para a execução de novos projetos, como a hidrelétrica Cachoeira Esperança, tanto para brasileiros, quanto bolivianos. De tal modo, surge o questionamento do quanto os grandes projetos refletem em desenvolvimento para região.

Na temática social, destaca-se na área da saúde a proposta do barco hospital. A ideia foi de transformar um barco em um posto de atendimento de saúde, com o objetivo de atender os ribeirinhos residentes na fronteira, prestando os serviços tanto para a população brasileira quanto para a boliviana. A proposta contou com o apoio da atuação das Forças Armadas binacionais e por meio do decreto n.21.132 de 12/08/2016, no âmbito da Secretaria da Saúde

do Estado de Rondônia começou a ser executado como Unidade de Saúde Social Fluvial – USSF – Walter Bartolo.

A iniciativa foi dialogada com o governo boliviano, por meio do Departamento de Beni, que em contrapartida se comprometeu a:

> fornecer dois médicos clínico-geral; dois enfermeiros, dois técnicos em enfermagem; dois técnicos administrativos, bem como marinheiros e membros da tripulação e equipe de aação social na mesma proporção ofertada pelo Governo de Rondônia. Contribuirá, ainda, na participação quanto ao fornecimento de insumos e medicamentos a serem utilizados na embarcação, além da alimentação e combustível. (Rondônia, 2016)

Observa-se que o acordo firmado por atores subnacionais visa a atender uma necessidade da população ribeirinha, no entanto, Pêgo (2017) relata uma preocupação com a execução do projeto derivado da novidade e da insegurança jurídica contida no exercício da paradiplomacia. Os levantamentos apontados pelo autor são, por exemplo, "qual será o regime de contratação e a segurança jurídica relacionada aos aspectos laborais, para atuação dos agentes de saúde de ambos os países? Como será a repartição dos custos de operação, inclusive da aquisição de medicamentos etc.?" (Pêgo, 2017, p. 53). Assim, a cooperação internacional apresenta problemáticas normativas e burocráticas que precisam de um acompanhamento do Estado-nação.

Na área da educação ocorre a aproximação entre a Universidade Federal de Rondônia (Unir) e duas universidades da região de fronteira, a Universidade Autônoma de Beni "José Ballivian" (UAB), localizada na cidade de Guayaramerin e a Universidade Amazônica de Pando (UAP), localizada na cidade de Cobija. A UAB e a Unir assinaram em 4 de julho de 2017 um protocolo de intenções que objetiva fomentar a cooperação técnica, científica, educacional e cultural entre as instituições (Unir, 2017) Similarmente, em 4 de agosto de 2017 foi assinado, também, um protocolo de intenções entre a Unir a UAP.

No que concerne as Universidades, a principal demanda está vinculada a cooperação frente aos cursos de medicina ofertados nos departamentos de

Pando e Beni[12]. A oferta do curso de medicina com valores mais baratos do que em território brasileiro é um atrativo[13]. Assim, o número de acadêmicos brasileiros que cruzam a fronteira para estudar medicina é expressivo. Na UAP, por exemplo, no ano de 2017, a universidade possui 587 acadêmicos brasileiros na universidade boliviana, dos quais 549 cursam medicina[14]. No entanto, a revalidação do diploma do Brasil tem sido um problema, bem como a possibilidade de concluir ou complementar os estudos no Brasil.

Outra demanda entre as universidade é pela cooperação para realizar programas de pós-graduação, além de intercambio de acadêmicos, professores e pesquisadores. Não há dúvidas que aproximar as instituições de ensino e pesquisa é uma forma de disseminar o conhecimento e apropriar-se criticamente da realidade regional.

De forma geral, as iniciativas apontadas revelam a participação dos atores subnacionais na política internacional. São propostas de integração e desenvolvimento com motivação econômica, mas também com preocupação social. Assim, o diálogo contribui para a formação de uma identidade nacional e fronteiriça que facilita o processo de cooperação. De fato, a fronteira Rondônia, Beni e Pando percebe que pode unir-se ao seu vizinho para superar desafios e criar potencialidades de inserção regional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca pelo desenvolvimento e pela integração além-fronteiras, os sujeitos políticos são desafiados a compreender o novo, a entender o outro e, assim, dialogar e problematizar sua realidade. Para Rondônia, Beni e Pando o fato de descentralizarem as ações do Estado-Nação significa que se reconhecem como centros de irradiação de poder e tomada de decisões. Parte

[12] , Na UAB o curso de medicina é ofertado desde 2015. Ver: Universidad del Beni abre Carrera de Medicina en Guayaramerín. Disponível em: ‹http://www.boliviaentusmanos.com/noticias/bolivia/152460/universidad-del-beni-abre-carrera-de-medicina-en-guayaramerin.html›. Acesso em 4 jul. 2017.

[13] Ver: Bolívia oferece curso de medicina a R$ 700 na fronteira com o Acre. Disponível em: ‹http://www.fatimanews.com.br/brasil/bolivia-oferece-curso-de-medicina-a-r-700-na-fronteira-com-o-acre/163910/›. Acesso em 2 jul.2017.

[14] Informação fornecida pelo Prof. Lizardo da Universidade Autónoma de Pando, em 4 jul. 2017.

da percepção de ser sujeito histórico. A atuação dos atores subnacionais é uma estratégia para acelerar os desafios impostos pelo mundo integrado.

Assim, não partir do pressuposto de que as fronteiras amazônicas são um espaço inferiorizado, desperta para um repensar da configuração política da região. A iniciativa paradiplomática na região amazônica, em especial Rondônia, é recente. Desse modo, o que se visualiza é uma primeira experiência com resultados e objetivos a cumprir. No entanto, é certo que a região da fronteira Brasil-Bolívia despertou para a nova configuração internacional e para a cooperação internacional.

O governo de Rondônia, inclusive, propõe-se a acordos internacionais com países não vinculados a dinâmica regional, como comprova a visita oficial à Coréia do Sul, do vice-governador Daniel Pereira, em 31 de julho de 2017. O intuito da visita foi estreitar a relação comercial entre os dois países. Na ocasião, apresentou-se o setor produtivo do estado e buscaram-se parcerias no setor de tecnologia para aprimoramento do serviço público.

No caso de Rondônia, nota-se um novo impulso da paradiplomacia durante o mandato do governador Confúcio Moura. Neste caso, pergunta-se, diante de novas eleições o quanto a mudança de governo pode impactar na paradiplomacia? É o vinculo internacional uma obrigatoriedade ou uma escolha do governante? O quanto Rondônia demanda por iniciavas de integração internacional? Tais questões ervem para estimular as pesquisas e reunir informações ou desenvolver ações que correspondam aos desafios da cooperação.

Para a integração Rondônia, Beni e Pando sugere-se, por exemplo, a necessidade de sistematizar informações sobre as cidades vizinhas, de fortalecer os comitês de fronteira, de aproximar o interesse política da sociedade pelos temas de política externa, de divulgar e ter um canal de diálogo da sociedade com uma assessoria de relações internacionais do estado e estabelecer um fórum de discussão permanente sobre a expansão do capitalismo e a defesa dos arranjos sociais e produtivos locais.

Em linhas gerais, a paradiplomacia deve caminhar juntamente com uma proposta de desenvolvimento que englobe o econômico, o politico, o social, o cultural, os direitos humanos e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

AMARO, R.R. Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria », *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 4 | 2003.

AMAYO, Enrique. *O impacto da globalização na Amazônia e no Pacífico Sul-americano*. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional "Globalização–Análise Comparativa a partir da Perspectiva Local e Regional". – São Paulo, SP, 4 de março de 2004.

ASSIS, Magno Ferreira; COSTA, Meridiana Soares da. *Moradores da Fronteira: um Estudo sobre a Migração de Bolivianos em Guajará-mirim*. Pesquisa apresentada no XI Enanpege (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia), Presidente Prudente, SP: outubro de 2015.

BOGEA FILHO, Antenor. *A diplomacia federativa: do papel internacional e das atividades externas das unidades federativas nos Estados Nacionais*. Tese (Trabalho final em Diplomacia, XLII Curso de Altos Estudos) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2001.

BRASIL. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 4 de março de 2017.

_____. *Tratado de Limite entre o Brasil e a Bolívia*. 17 de novembro de 1903. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1903/b_60/>. Acessado em 7 julho de 2017.

COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1992.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. *Conjuntura Austral*. v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/47628/30012>. Acessado em: 10 de outubro de 2016.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. O muro invisível A nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia. *Tempo soc*. [online]. 2013, vol.25, n.2, pp.141-156.

CUNHA FILHO, Clayton M. Uma Década de `Proceso de Cambio´: Balanço e Perspectivas. IN: CUNHA FILHO, Clayton M; Viana, João Paulo S. L. *A Bolívia no Século XXI: Estado Plurinacional, mudança de elites e (pluri)nacionalismo*. 1.ed. Curitiba: Appris, 2016.

DUCHACEK. Ivo D. Perforated sovereignties: towards a tipology of new actors in international relations. In: SOLDATOS, Panayotis; MICHELMANN, Hans (Eds.). *Federalism and international relations: the role of subnational units*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

DUCHACEK. Ivo D. Multicommunal and bicommunal polities and their international relations. In: _____. et al. (Eds.). *Perforated sovereignties and international relations: trans-sovereign contacts of subnatioanl governments*. Connecticut: Greenwood Press, 1988.

EL DEBER. *Empresarios y la ABT redescubren otra salida al mar*. 16/07/2017 Disponível em: <http://www.eldeber.com.bo/economia/Los-empresarios-bolivianos-y-la-ABT-redescubren-otra-salida-al-mar-20170715-0053.html>. Acessado em 17 de julho de 2017.

FERNANDES, Roberto Mauro da Silva. Cotidiano Fronteiriço versus Deliberações de Estado: Aniquilamento de Classe e Desentrosamento(s) de Governança na Zona de Fronteira Brasil/Bolívia. *Revista Pegada* – vol. 16, n.1. julho/2015.

FERREIRA, Evaldo. A Relação entre Cidades-irmãs na Faixa de Fronteira: o Caso de Cáceres – Mato Grosso/Brasil e San Matías – Bolívia. *Caminhos de Geografia* Uberlândia v. 18, n. 62 Junho/2017 p. 87–103.

FIFER, Valerie. Bolivia's boundary with Brazil: a century of evolution. *The geographical review.* V.132, N°3, 1966: 360-372. Disponível em:< https://www.jstor.org/stable/1793878?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acessado em 4 de junho de 2017.

FOLHA RONDONIENSE. *Bolívia vai exportar madeira por Porto Velho*. 07 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.folharondoniense.com.br/teia-digital/bolivia-vai-exportar-madeira-por-porto-velho-por-silvio-persivo/. Acessado em 3 de março de 2017.

GOMES FILHO, FRANCISCO. *A Paradiplomacia Subnacional no Brasil: uma Análise da Política de Atuação Internacional dos Governos Estaduais Fronteiriços da Amazônia.* Tese apresentada ao Programa de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, na área de concentração em Políticas Regionais na Amazônia, Brasília, 2011.

GOMES FILHO, Francisco; VAZ, Alcides Costa. A Paradiplomacia no Contexto da Amazônia Brasileira: Estratégias de Desenvolvimento Regional do Estado de Roraima. *Amazônia: Ci. & Desenv.*, Belém, v. 4, n. 7, jul./dez. 2008.

GUAJARÁ-MIRIM. *Ata da I Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça – Guajará-Mirim-Guayaramerín*. 20 de novembro de 2013..

GUAJARÁ-MIRIM. *Ata da II Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça – Guajará-Mirim-Guayaramerín*. 24 de novembro de 2016.

LUIGI, Ricardo. BOLÍVIA: As Razões da Crise de Um Partido Partido ao Meio. *Geo* UERJ - Ano 11, v.3, n.20, 2º semestre de 2009. p. 149-167.

MILANEZ, Felipe. *Cheias no rio Madeira: um desastre anunciado*. 13/03/2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/cheias-no-rio-madeira-um-desastre-anunciado-7430.html> Acessado em 6 de maio de 2016.

MEIRELES, Thiago de Oliveira. *Da Diplomacia Federativa à Cooperação Internacional Federativa.* 2016. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo-SP, 2016. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-13032017-112529/pt-br.php>. Acessado em 15 de junho de 2017.

MIKLOS, Manoela Salem. *A inserção internacional de unidades subnacionais percebida pelo estado nacional: a experiência brasileira*. 2010. 150 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93741>. Acessado em 7 junho de 2017.

NEWSRONDONIA. *Excesso de Chuva Provoca Catástrofe em Mortandade de Animais entre Bolívia e Rondônia*. 24/02/2014. Disponível em: http://www.newsrondonia.com.br/noticias/excesso+de+chuva+provoca+catastrofe+em+mortandade+de+animais+entre+a+bolivia+e+rondonia/42538. Acessado em 4 de maio de 2016.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. SILVA, Fábio Machado da. Identidade Fronteiriça e a paradiplomacia: Um estudo de caso na fronteira Brasil---Bolívia. *Paradiplomacia y seguridad humana* – ano 2, n. 1, Buenos Aires, Argentina, mayo, 2014

PÊGO, Bolivar .. [et al.]. *Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública.* Brasília : Ipea, Vol. 2, 2017.

PIETRO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: Vigegani, Tulio et all(orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Bauru,SP: EDUSC, 2004. Pp. 251-282.

PORTAL BRASIL. *Brasil e Bolívia firmam acordo para aproveitamento hidrelétrico no Rio Madeira***.** 08/11/2016. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/11/brasil-e-bolivia-firmam-acordo-para-aproveitamento-hidreletrico-no-rio-madeira. Acessado em 5 maio de 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. Novos estud. - *CEBRAP* n.80 São Paulo Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100008>. Acessado em 3 de março de 2017.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. (2008). Relações internacionais federativas no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, pp. 1015-1034.

RONDÔNIA. *Decreto Legislativo nº. 619, de 16 de dezembro de 2015*. Homologa a Declaração de Irmandade que celebram o Governo do Estado de Rondônia e o Governo do Departamento Autônomo do Beni – Bolívia. 2015 (a)

RONDÔNIA. *Decreto Legislativo nº. 648, de 24 de agosto de 2016***.** Homologa o Termo de Compromisso da Mesa de Negociação Política da Irmandade Rondônia – Beni. 2016

RONDÔNIA. *Decreto Legislativo nº. 689, de 15 de março de 2017.* Homologa a Declaração de Irmandade que celebram o Governo do Estado de Rondônia e o Departamento Autônomo de Pando – Bolívia. 2017

RONDÔNIA. *Mensagem n. 300, de 03 de dezembro de 2015*. Governo do Estado de Rondônia – Governadoria – encaminhada a Assembleia Legislativa-RO. 2015.

SECOM. *Governo de Pando na Bolívia também quer intercambio comercial com Rondônia*. Governo do Estado de Rondônia, 28 de dezembro de 2016. Disponível em

<http://www.rondonia.ro.gov.br/governo-de-pando-na-bolivia-tambem-quer-intercambio-comercial-com-rondonia/>. Acessado em 4 de março de 2017.

SECOM. *Porto público de Porto Velho embarca primeira carga de madeira da Bolívia para o exterior*. Governo do Estado de Rondônia, 23 de março de 2017. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/porto-publico-de-porto-velho-embarca-primeira-carga-de-madeira-da-bolivia-para-o-exterior/>. Acessado em 7 de junho de 2017.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: SOLDATOS, Panayotis; MICHELMANN, Hans (Eds.). *Federalism and international relations: the role of subnational units*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

SOLDATOS, Panayotis.. Cascading subnational paradiplomacy in an interdependent and transnational world. In: BROWN, Douglas; FRY, Earl (Eds.). *States and Provinces in the international economy*. California: Institute of Governmental Studies Press, University of California, 1993.

UNIR. *Protocolo de Intenções que celebram entre si a Fundação Universidade Federal de Rondônia e a Universidad Autónoma del Beni "José Ballivían".* Porto Velho, 04 de julho de 2017.

UNIR. *Protocolo de Intencões que celebram entre si a Fundacão Universidade Federal de Rondônia e a Universidad Amazonica de Pando***.** Cobija, 04 de agosto de 2017.

WANDERLEY, Fernanda. *Las desigualdades sociales persistentes en Bolivia.* 09/06/2017. Disponível em:<http://www.sinpermiso.info/textos/las-desigualdades-sociales-persistentes-en-bolivia>. Acessado em 14 de julho de 2017.

ZANINI, Fábio. *Euforia e Fracasso do Brasil Grande - Política Externa e Multinacionais Brasileiras na Era Lula*. São Paulo: Contexto, 2017.

Recebido em 14 de agosto de 2017.
Aprovado em 09 de dezembro de 2017.